

Marco Antonio Perez de Oliveira

COISA
JULGADA
SOBRE A
SENTENÇA
GENÉRICA
COLETIVA

2014



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia

Gerência executiva Rogério Eduardo Alves

Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues

Assistência editorial Daniel Pavani Noveira

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Maria Izabel Barreiras Bitencourt Bressan e

Ana Cristina Garcia (coords.)

Flavia Guterres Falcão de Oliveira

Projeto gráfico, arte e diagramação Lois Soriano

Revisão de provas Amélia Kossis Ward e

Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)

Rita de Cássia Sarracha Pereira

Willians Calazons de Vasconcelos de Melo

Produção editorial William Rezende Paiva

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Guilherme Henrique M. Salvador

Capa Aero Comunicação

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Gráfica Paym

Acabamento Gráfica Paym

ISBN 978-85-02-21292-3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Oliveira, Marco Antonio Perez de

Cosa julgada sobre a sentença genérica coletiva /

Marco Antonio Perez de Oliveira. — São Paulo :
Saraiva, 2014.

1. Cosa julgada - Brasil 2. Processo civil 3.
Sentenças (Processo civil) - Brasil 4. Tutela
jurisdicional I. Título.

13-11135

CDU-347.953(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Cosa julgada : Processo civil
347.953(81)

Data de fechamento da edição: 7-4-2014

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio
ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecida na Lei n. 9.610/98 e
punida pelo art. 184 do Código Penal.

136.836.001.001

Sumário

Agradecimentos	7
Prefácio	13
1. INTRODUÇÃO	15
2. A AÇÃO CIVIL COLETIVA.....	23
2.1. O contexto social e político em torno da tutela coletiva	23
2.1.1. Transformações sociais no século XX e seu impacto no processo civil.....	24
2.1.2. Tutela coletiva de direitos e tutela de direitos coletivos	33
2.1.3. Repercussões políticas: participação pelo processo e acomodação das instituições.....	37
2.2. O sistema brasileiro de tutela coletiva de direitos.....	43
2.2.1. Antecedentes na tutela coletiva: da ação popular à ação civil pública	43
2.2.2. O Código de Defesa do Consumidor e a “ação de classe brasileira”	45
2.3. A reorganização da atividade cognitiva na tutela dos interes- ses individuais homogêneos.....	49
2.3.1. O objeto da ação coletiva e o conceito processual de homogeneidade.....	53
2.3.1.1. Direitos homogêneos excluídos da tutela cole- tiva	58

2.3.1.2. Limitação territorial dos efeitos da sentença e determinação da juntada da relação de associados ou filiados	60
2.3.2. As ações complementares	64
2.3.2.1. Ações individuais de cumprimento	66
2.3.2.2. Ação de liquidação e execução coletiva	70
2.4. A legitimação para a causa na ação coletiva e nas ações complementares.....	73
2.5. Relacionamento entre ações individuais e ação coletiva	86
2.5.1. Das notificações e editais	86
2.5.2. Das interferências recíprocas	89
2.6. Da coisa julgada <i>erga omnes</i> e <i>secundum eventum litis</i>	92
2.7. Transição	99
3. A COISA JULGADA CIVIL.....	103
3.1. Condicionantes político-institucionais da moderna teoria da coisa julgada	103
3.1.1. As relações entre o juiz e a lei: a dualidade do ordenamento jurídico	112
3.1.2. O conceito de tutela jurisdicional e a relação jurídica como “entidade mínima estrutural” do objeto litigioso do processo	121
3.1.3. A natureza processual da coisa julgada	126
3.1.4. A finalidade prática do instituto no direito moderno	130
3.2. Conceito de coisa julgada.....	134
3.2.1. Distinções necessárias: trânsito em julgado, coisa julgada formal e coisa julgada material.....	134
3.2.2. Panorama histórico do desenvolvimento da doutrina da coisa julgada	136
3.2.3. Distinção entre a eficácia da sentença e a coisa julgada	146
3.2.3.1. Crítica à situação da imutabilidade e da indisputabilidade sobre os efeitos da sentença.....	148

3.2.3.2. O elemento declaratório da sentença de mérito como objeto da coisa julgada material	154
3.2.4. Efeito negativo da coisa julgada.....	160
3.2.5. Efeito ativo da coisa julgada.....	162
3.2.6. A eficácia preclusiva da coisa julgada.....	164
3.2.6.1. A “coisa julgada inconstitucional”.....	167
3.3. Amplitude objetiva da coisa julgada	173
3.3.1. Limitação à lide e às questões decididas.....	173
3.3.1.1. O objeto do processo e seus elementos de identificação	182
3.3.1.2. Os problemas relacionados à determinação da <i>causa petendi</i>	186
3.3.2. Os elementos lógicos da sentença não são cobertos pela coisa julgada.....	192
3.3.3. Em particular: as questões prejudiciais.....	196
3.3.4. A declaração incidental da questão prejudicial.....	203
3.4. Amplitude subjetiva da coisa julgada.....	205
3.4.1. Os adquirentes do direito litigioso e a coisa julgada ...	212
3.4.2. A substituição processual e a coisa julgada	213
3.5. Consequências da violação à coisa julgada.....	216
3.5.1. Na apreciação de questão prejudicial	217
3.5.2. No novo julgamento de demanda reiterada.....	218
3.6. Transição.....	219

4. A COISA JULGADA SOBRE A SENTENÇA GENÉRICA COLETIVA..... 221

4.1. Enquadramento dogmático da sentença genérica coletiva	221
4.1.1. Processo parcial e sentença parcial.....	222
4.1.2. Sentenças parciais no Código de Processo Civil de 1973	227
4.1.3. Natureza das sentenças genéricas e das sentenças de liquidação: divergências da doutrina	229
4.1.3.1. Crítica ao enquadramento das sentenças parciais nas categorias de classificação da sentença que contém a tutela jurídica integral.....	232

4.2. Teorias sobre a coisa julgada na sentença parcial de mérito ...	236
4.2.1. Os problemas a serem resolvidos por uma teoria da coisa julgada parcial: a incerteza e a ausência de elemento volitivo das sentenças parciais de mérito	237
4.2.2. Teoria da preclusão extraprocessual	240
4.2.3. Teoria da coisa julgada sobre questões	244
4.2.4. Teoria da coisa julgada sobre a <i>fattispecie</i> parcial	249
4.2.5. O tratamento doutrinário e jurisprudencial do princípio da “fidelidade da liquidação ao título”	255
4.3. A decisão parcial sobre a <i>fattispecie</i> e a coisa julgada coletiva...	258
4.3.1. Estados Unidos: as <i>issue class actions</i> e a <i>reexamination clause</i>	259
4.3.2. A coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> e a definição do instituto como simples expansão de eficácia da sentença: crítica.	262
4.3.3. Coisa julgada <i>erga omnes</i> sob o enfoque da coisa julgada sobre a <i>fattispecie</i> parcial	265
4.3.3.1. Questões cobertas pela coisa julgada coletiva	267
4.3.3.2. O “caso concreto” na ação civil coletiva	269
4.4. Aplicações	271
4.4.1. Estabelecimento genérico de padrões de liquidação em direitos individuais homogêneos	271
4.4.1.1. Complexidade da prova do valor individual do dano	277
4.4.1.2. Conteúdo da obrigação deve obrigatoriamente ser arbitrado	280
4.4.1.3. Importância da fixação do objeto litigioso na ação civil coletiva	282
4.4.2. Exclusão da coisa julgada <i>erga omnes</i> em demandas conexas ao caso concreto decidido na ação coletiva	284
4.5. Síntese: pontos de contato e pontos de diferenciação em relação à coisa julgada material	289
5. CONCLUSÃO	291
Referências	303